

Dívida Externa Negociação com credores fica mais difícil

A ministra do Planejamento, Yeda Crusius, atribuiu a "problemas de informação" a decisão do comitê assessor dos bancos credores de recomendar a elevação de 60 por cento para 70 por cento do nível de risco dos papéis brasileiros, no momento em que 98 por cento dos credores brasileiros já aceitaram a proposta de renegociação da dívida brasileira. A ministra contou que foi comunicada da decisão terça-feira durante o almoço, pelo ex-presidente do comitê e atual vice-presidente do Citibank, Willian Rhodes.

"Isso mostra que seremos obrigados a reafirmar nossa capacidade e intenção de completar a negociação", disse. A ministra admitiu um pequeno atraso na negociação decorrente da troca de ministros da Fazenda. A sua expectativa é de que em junho o Fundo Monetário Internacional (FMI) possa mandar ao Brasil novamente uma missão negociadora do acordo.

Pelos seus cálculos, o prazo até junho é suficiente para que o Governo possa definir o seu plano de estabilização econômica com um nível de inflação que considera viável. "Caso contrário, este poderá ser mais um acordo que não poderemos cumprir, como faziam os governos anteriores.

Arrecadação — Yeda Crusius disse também que o Governo vai ter que adotar novas medidas para conseguir aumentar a arrecadação tributária e, ao mesmo tempo, escalonar despe-

sas para evitar que o reajuste de 33 por cento dado aos salários do funcionalismo público provoque um rombo enorme nas contas do Tesouro Nacional. Segundo a ministra, o Governo irá atacar a sonegação fiscal. "A sonegação está enorme", afirmou. A ministra informou que a Receita Federal constatou uma frustração de 40 por cento nos três primeiros meses na arrecadação da Contribuição Social (Confins) — o novo Finsocial — e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Para a ministra, a aprovação do Orçamento irá facilitar a administração das despesas do Tesouro. "Até agora, vínhamos trabalhando com doze avos. Agora poderemos fazer a programação dos gastos a partir da arrecadação obtida", disse. Com uma pilha de quase cinco centímetros de documentos nas mãos, Yeda Crusius garantiu que o Governo alertou o Congresso de que a apropriação dos recursos da remuneração da disponibilidade do Tesouro no Banco Central representariam déficit. "Mandamos duas correspondências em dezembro que foram desconsideradas", afirmou.

Títulos — Yeda Crusius esclareceu também que o Tesouro vai bancar com recursos da arrecadação tributária apenas os juros da dívida pública. O principal, conforme suas informações, será pago com a emissão de outros títulos. Informou ainda que em abril o Governo vai resolver a situação salarial de três categorias — do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e de Orçamen-